

## Editorial

### Rafael Marques Gonçalves<sup>1</sup>

Universidade Federal do Acre, Rio Branco, Brasil

### Nilcélio Sacramento de Sousa<sup>2</sup>

Universidade Federal do Tocantins, Palmas, Brasil

Este número da Revista *Sensos-e*, o segundo do 13.º volume, centra-se no tema Formação Docente, Práticas e Currículos: Caminhos para uma Emergente Decolonização do Saber.

Em um contexto contemporâneo, marcado pela perpetuação de desigualdades sociais, é imperativo repensar a relação entre currículo, cotidiano escolar e formação docente, de modo a construir espaços educativos que promovam a justiça social e cognitiva, a equidade e a valorização das diferenças. Para tal, a proposta deste dossiê emerge da necessidade urgente de (re)pensar as práticas educacionais, especialmente à luz das reflexões teóricas de autores/as que defendem a centralidade de uma educação crítica e decolonial, essencial para o enfrentamento das desigualdades estruturais e das injustiças historicamente produzidas que persistem até os dias de hoje. Nossa proposta é promover a abertura de um espaço para publicizar pesquisas realizadas em diferentes contextos, que busquem problematizar a colonialidade do poder e do saber que ainda está presente e atuante nas instituições educacionais, tensionando os discursos, práticas e estruturas que sustentam processos de exclusão e hierarquização dos conhecimentos e propondo alternativas para a decolonização do ensino e aprendizagem. Nesse sentido, defendemos uma formação docente comprometida com a transformação social, a valorização da diversidade e a construção de práticas pedagógicas emancipatórias, contrárias a um processo técnico ou normativo, mas que se configure como um movimento contínuo de reflexão crítica, produção de sentidos e reinvenção dos fazeres educativos.

Neste dossiê, buscamos promover um espaço de diálogo fecundo entre pesquisadores/as, educadores/as e ativistas, reconhecendo o cotidiano escolar como um campo potencialmente transformador da prática educativa. As intersecções entre currículo, formação docente e decolonialidade não apenas enriquecem a reflexão pedagógica, mas são essenciais para a construção de uma educação verdadeiramente emancipadora. A busca por uma pedagogia decolonial não se limita à resistência contra as práticas educacionais excludentes, pressupõe a reconstrução crítica das bases epistemológicas, políticas e pedagógicas que sustentam os processos de ensino e aprendizagem, com vistas a garantir uma educação que seja efetivamente inclusiva, democrática e socialmente referenciada. Trata-se de um movimento que questiona hierarquias de saberes historicamente produzidas pela lógica colonial, reconhecendo e valorizando conhecimentos plurais, experiências diversas e modos outros de existir e aprender. Dessa forma, contribui para a construção de práticas educativas críticas e comprometidas com a justiça social, cognitiva e a equidade.

As propostas submetidas para publicação neste número da *Sensos-e* foram sujeitas a um processo de revisão por revisores/as com trabalho reconhecido nas áreas científicas contempladas pelo dossiê. Deste processo, resultou a aceitação de 11 artigos para publicação.

Há um saber que não nasce no quadro negro, mas no chão batido do terreiro. Ali, onde o pé descalço aprende a dançar com os orixás, nasce uma educação que recusa as marcas da colonialidade e afirma outras formas de existir, aprender e produzir conhecimento. O artigo “Práticas fundamentadas em saberes outros: Terreiro como caminho para uma educação decolonial” nos lembra que a criança não é uma tábua vazia: seu corpo já carrega cosmopercepções, biointerações e repertórios culturais construídos nas relações com a comunidade, a ancestralidade e o território. Nessa perspectiva, o terreiro constitui-se como espaço educativo potente, onde os saberes são vivenciados, partilhados e ressignificados cotidianamente. Escutá-la é o gesto fundante de uma práxis

---

<sup>1</sup> Endereço de contacto: Universidade Federal do Acre, BR-364, Km 04 - Distrito Industrial, Rio Branco - AC, 69920-900, Brasil.  
Endereço de e-mail: rafael.goncalves@ufac.br

<sup>2</sup> Endereço de contacto: Universidade Federal do Tocantins, Avenida Juraildes de Sena Abreu, s/n, Setor Buritizinho, Arraias – TO, CEP 77330-000, Brasil.  
Endereço de e-mail: nilsousa@mail.uft.edu.br

que não quer explicar o mundo, mas compreendê-lo e habitá-lo a partir de outras racionalidades, sensibilidades e modos de ser abrindo caminhos para uma educação comprometida com a pluralidade epistemológica e a justiça cognitiva.

No texto “Nea Onnim: Caminhos possíveis para alcançar uma educação física Antirracista”, a busca por um caminho antirracista esbarra no racismo recreativo — aquele que se disfarça de brincadeira, de humor ou de suposta inocência, mas que reproduz estereótipos, hierarquias raciais e processos de exclusão. Os/as professores/as de Belém apontam: falta de formação, falta de políticas públicas efetivas e de condições institucionais que sustentem o enfrentamento do racismo no cotidiano escolar. Ainda assim, há um gesto possível e necessário: o diálogo. O corpo que dança a cultura africana, que ginga com a indígena, que reconhece e valoriza as múltiplas matrizes culturais que constituem a sociedade brasileira. Não como folclore, mas como presença viva. A pesquisa pede chão institucional para que o corpo negro não seja sempre o que se corrige, mas o que se aprende.

Eis que chegam aprendentes do Sul Global. Eles/as trazem línguas, memórias, comidas que a avó fazia. No trabalho “Corpos-vozes enunciados no ensino de português língua estrangeira: Narrativas decoloniais de aprendentes do Sul Global”, a proposta é outra: não ensinar a língua do colonizador, mas abrir frestas para que eles/as desmontem a “história única” do descobrimento e reivindiquem outras memórias, perspectivas e formas de compreender o mundo. Cada fala, cada relato sobre a imposição religiosa, cada cheiro de quitute virado no dendê, tudo vira lugar de enunciação, onde identidades, pertencimentos e experiências ganham visibilidade e legitimidade. As professoras gravam, anotam, escutam. A escuta, nesse contexto, deixa de ser um procedimento metodológico e torna-se uma postura ética e política diante da diferença. O minicurso vira uma roda onde o passado colonial perde o monopólio da narrativa e cede espaço à emergência de vozes plurais que desafiam silenciamentos e produzem outras possibilidades de conhecimento e existência.

E Zaki? Zaki é um menino que viaja acompanhado de um atabaque mágico. No projeto “Cena, música e decolonização curricular: letramento racial e criação coletiva no ensino fundamental”, ele conduz estudantes do 6.º ano por caminhos atravessados por ritmos afro-brasileiros, gestos que contam histórias e memórias que ganham corpo na experiência artística. Primeiro, vem o jogo: o corpo aprende o som, experimenta o ritmo e descobre novas formas de expressão. Depois, a performance: cena e música se entrelaçam, articulando arte, identidade e pertencimento em uma experiência pedagógica potente e significativa. Por fim, a criação coletiva: as crianças tornam-se autoras de suas próprias narrativas e montam sua própria peça teatral. O palco da escola pública transforma-se em quilombo de saberes, memórias e resistências. Nesse movimento, as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 deixam de ser apenas textos normativos afixados nas paredes da escola para se converterem em vozes, corpos e tambores que rufam, anunciando outras possibilidades de currículo e de existência.

Em Juiz de Fora, um curso de Pedagogia ousa, desde 2011, tornar obrigatório o que tantos tornam eletivo: relações étnico-raciais. O artigo “Relações étnico-raciais e formação docente: O pioneirismo do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Juiz de Fora” mostra que a Lei 10.639 não aparece nomeada nos documentos, como se o nome da lei fosse um fantasma, mas a matéria está lá, em duas disciplinas obrigatórias, depois em mais. Avanços e retrocessos nas ementas. O pioneirismo não é triunfo, é vigília. O estudo demonstra que a consolidação das relações étnico-raciais nos currículos de formação de professores/as exige mais do que a criação de disciplinas: requer uma mudança epistemológica capaz de atravessar o conjunto do projeto formativo e desafiar as estruturas que historicamente invisibilizaram saberes, histórias e pessoas negras na educação brasileira.

A Base Nacional Comum Curricular para o Ensino Médio é um campo de batalha. O texto “Superando o currículo colonial brasileiro: Perspectivas decoloniais para o ensino da História e a Base Nacional Comum Curricular Ensino Médio - BNCC EM” evidencia como as estruturas coloniais ainda atravessam a organização curricular e amarram a história. Silencia-se a voz negra, a voz indígena. O eurocentrismo continua sendo o sol em torno do qual tudo gira. A proposta é outra: um currículo intercultural, não como adorno, mas como ferramenta de justiça social e cognitiva. A crítica às competências da BNCC revela um desvio: a educação cívica prometida pela Constituição se perde em interesses corporativos. Dessa forma, a pesquisa convida a refletir sobre os rumos das políticas curriculares contemporâneas e sobre a necessidade de construir projetos educativos que enfrentem a colonialidade e ampliem as possibilidades de participação, reconhecimento e transformação social.

O artigo “O currículo do Novo Ensino Médio, decolonialidade e descolonialidade: Perspectivas para o combate ao racismo na escola” aprofunda o fosso sobre as contradições presentes nas recentes reformas curriculares brasileiras. A análise sugere que os itinerários formativos, apresentados como estratégias de flexibilização e ampliação das escolhas dos/as estudantes, nem sempre conseguem romper com as desigualdades historicamente produzidas pelo sistema educacional. Por isso, em muitos casos, em vez de libertar, acentuaram o racismo de forma velada. Mas o texto nos lembra: a atitude decolonial é um ato de insurgência. Valorizar as culturas marginalizadas não é complacência; é rasgar o tecido do currículo que segrega.

No trabalho “Extensão universitária como espaço de formação docente: Uma perspectiva curricular em estudos étnicos”, durante a pandemia, 66 professores/as se reuniram-se em uma plataforma digital para participar de um processo formativo que extrapolou a simples transmissão de conteúdos. O curso foi de médio prazo, tempo suficiente para que os saberes começassem a se desfazer e a se refazer. Desconstruir para ressignificar. Nesse movimento, a extensão deixou de ser apêndice e virou coração do currículo. Os povos silenciados do Brasil, por um instante, tiveram voz na formação docente. Assim, a formação docente foi atravessada por vozes, histórias e saberes que desafiavam a colonialidade e ampliam as possibilidades de construção de práticas educativas mais democráticas e inclusivas.

A arte decolonial, diz o artigo “Palavras, culturas e mundos possíveis: Perspectivas para a educação formal a partir da arte decolonial”, não é um estilo. É um dispositivo para desmontar o cânone eurocêntrico que ainda decide o que é “arte legítima”. No livro de Alessandra Simões Paiva, a virada decolonial na arte brasileira é um convite: que a educação formal aprenda com o terreiro, com a periferia, com a tradição popular. Não para folclorizar, mas para aprender outras formas de ver e sentir. Assim, a educação formal é convocada a ampliar seus referenciais e a construir práticas pedagógicas mais abertas à pluralidade cultural, estética e epistemológica.

Há também um mapa tátil. O texto “Wayfinding inclusivo em escolas e museus: Mapas táteis, fabricação digital e formação docente” o descreve: feito em fablab, com fabricação digital. Pessoas cegas e com baixa visão avaliam cada relevo, cada hierarquia de informação. O mapa não é só ferramenta de acesso; é também currículo. A escola inclusiva não é a que oferece rampas, mas a que ensina o espaço como território de todos/as. O fablab vira sala de aula, e o saber técnico se encontra com a docência. Mais do que orientar deslocamentos, o mapa possibilita novas formas de interação com os ambientes, ampliando a autonomia, a participação e o pertencimento das pessoas aos espaços educativos e culturais.

Por fim, uma roda de samba. No relato “Práticas decoloniais numa instituição especializada em deficiência visual e a roda de samba como ferramenta pedagógica”, o samba enredo — tão familiar no Rio de Janeiro — vira ferramenta para ensinar história dentro de uma instituição para pessoas com deficiência visual. O corpo que não enxerga sente a batida, lembra o terreiro, a escola de samba. Quijano falou da colonialidade do poder; aqui, ela é combatida pelo ritmo. O currículo decolonial não é abstrato: ele tem andamento, compasso, ginga. E abre, para olhos que não veem, um mundo que se sente.

Os/as editores/as da Revista Sensos-e agradecem aos/às autores/as que apresentaram artigos para publicação neste número, aos/às revisores/as e aos/às leitores/as com interesse nestas áreas, esperando contribuir para o aprofundamento do interesse no estudo e na investigação dos temas abordados.

Assim, leitores/as, fica o convite-desejo para que, ao percorrerem os trabalhos que compõem este dossiê, possam, assim como nós, deixar-se atravessar pelas inquietações, deslocamentos e possibilidades que emergem das perspectivas decoloniais. Talvez a leitura destas páginas nos ajude a perceber que pensar a educação a partir da decolonialidade não significa apenas revisitar criticamente o passado, mas interrogar os modos pelos quais continuamos produzindo sentidos sobre o mundo, sobre os/as outros/as e sobre nós mesmos/as.

Nesse percurso, questionar silenciamentos históricos, desestabilizar hierarquias de saberes e ampliar as possibilidades de existência, aprendizagem e produção de conhecimento não se apresenta como uma tarefa concluída, mas como um mo(vi)mento permanente de escuta, abertura e reflexão. Mais do que denunciar as permanências da colonialidade, pensamos que os textos aqui reunidos anunciam caminhos possíveis para a construção de currículos, práticas pedagógicas e processos formativos comprometidos com a justiça social, a justiça cognitiva e o reconhecimento da pluralidade de vozes, histórias e epistemologias que constituem nossos territórios educativos. E, quem sabe, ao final da leitura, permaneçam menos respostas definitivas e mais perguntas férteis; menos certezas universais e mais disposição para o encontro com a diferença. Afinal, uma educação decolonial talvez comece justamente quando nos permitimos escutar aquilo que, por muito tempo, foi silenciado, reconhecendo que o mundo pode ser narrado, vivido e aprendido a partir de muitos lugares, saberes e existências.

Os/as editores/as da Revista Sensos-e aproveitam para desejar a todos/as um ótimo verão repleto de inspiração e possibilidades de leitura, pesquisa e produção de conhecimento.

## Editorial

This issue of the *Sensos-e* Journal, the second of the 13th volume, focuses on the theme Teacher Training, Practices and Curricula: Paths to an Emerging Decolonization of Knowledge.

In a contemporary context marked by the perpetuation of social inequalities, it is imperative to rethink the relationship between curriculum, school life, and teacher training, to build educational spaces that promote social and cognitive justice, equity, and the valuing of differences. To this end, the proposal of this dossier emerges from the urgent need to (re)think educational practices, especially considering the theoretical reflections of authors who defend the centrality of a critical and decolonial education, essential for confronting structural inequalities and historically produced injustices that persist to this day. Our proposal is to promote the opening of a space to publicize research carried out in different contexts, which seeks to problematize the coloniality of power and knowledge that is still present and active in educational institutions, challenging discourses. This text discusses practices and structures that support processes of exclusion and hierarchization of knowledge, proposing alternatives for the decolonization of teaching and learning. In this sense, we advocate for teacher training committed to social transformation, valuing diversity, and building emancipatory pedagogical practices that oppose a purely technical or normative process, instead configuring itself as a continuous movement of critical reflection, meaning-making, and reinvention of educational practices.

In this dossier, we seek to promote a fruitful dialogue between researchers, educators, and activists, recognizing the school environment as a potentially transformative field for educational practice. The intersections between curriculum, teacher training, and decoloniality not only enrich pedagogical reflection but are essential for building a truly emancipatory education. The pursuit of a decolonial pedagogy is not limited to resistance against exclusionary educational practices; it presupposes the critical reconstruction of the epistemological, political, and pedagogical foundations that underpin teaching and learning processes, with a view to guaranteeing an education that is effectively inclusive, democratic, and socially referenced. This movement questions hierarchies of knowledge historically produced by colonial logic, recognizing and valuing plural knowledge, diverse experiences, and other ways of existing and learning. In this way, it contributes to the construction of critical educational practices committed to social justice, cognitive development, and equity.

The proposals submitted for publication in this issue of *Sensos-e* underwent a review process by reviewers with recognized work in the scientific areas covered by the dossier. This process resulted in the acceptance of 11 articles for publication.

There is a kind of knowledge that is not born on the blackboard, but on the beaten earth of the terreiro (Afro-Brazilian religious space). There, where bare feet learn to dance with the orixás (deities), an education is born that rejects the marks of coloniality and affirms other ways of existing, learning, and producing knowledge. The article “Practices based on other knowledge: Terreiro as a path to decolonial education” reminds us that the child is not a blank slate: their body already carries cosmoperceptions, biointeractions, and cultural repertoires built in relationships with the community, ancestry, and territory. From this perspective, the terreiro constitutes a powerful educational space, where knowledge is experienced, shared, and reinterpreted daily. Listening to the child is the foundational gesture of a praxis that does not seek to explain the world, but to understand and inhabit it from other rationalities, sensibilities, and ways of being, opening paths to an education committed to epistemological plurality and cognitive justice.

In the text “Nea Onnim: Possible paths to achieving anti-racist physical education”, the search for an anti-racist path encounters recreational racism—that which disguises itself as a joke, humor, or supposed innocence, but which reproduces stereotypes, racial hierarchies, and processes of exclusion. Teachers in Belém point out: a lack of training, a lack of effective public policies, and a lack of institutional conditions to support the confrontation of racism in daily school life. Even so, there is a possible and necessary gesture of dialogue. The body that dances African culture, that sways with Indigenous culture, that recognizes and values the multiple cultural matrices that constitute Brazilian society. Not as folklore, but as a living presence. The research calls for institutional support so that the Black body is not always what is corrected, but what is learned.

Here come learners from the Global South. They bring languages, memories, and the foods their grandmothers used to make. In the work "Bodies and voices in the teaching of Portuguese as a foreign language: Decolonial narratives of learners from the Global South", the proposal is different: not to teach the colonizer's language, but to open cracks so that they can dismantle the "single story" of discovery and reclaim other memories, perspectives, and ways of understanding the world. Each speech, each account of religious imposition, each smell of food cooked in palm oil, everything becomes a place of enunciation, where identities, belonging, and experiences gain visibility and legitimacy. The teachers record, take notes, listen. Listening, in this context, ceases to be a methodological procedure and becomes an ethical and political stance in the face of difference. The mini course becomes a circle where the colonial past loses its monopoly on the narrative and gives way to the emergence of plural voices that challenge silences and produce other possibilities of knowledge and existence.

And Zaki? Zaki is a boy who travels with a magical drum. The project "Scene, music, and curriculum decolonization: Racial literacy and collective creation in elementary education" guides him through the 6th grade with Afro-Brazilian rhythms, with gestures that are living history. First, the game: the body learns the sound. Then, the performance: the scene and the music embrace, articulating art, identity, and belonging in a meaningful pedagogical experience. Finally, the collective creation: the children assemble their own play. The public-school stage becomes a quilombo (a historical term referring to a settlement of escaped slaves). Laws 10.639 and 11.645 are not just pieces of paper on the wall; they are drums that beat.

In Juiz de Fora, a Pedagogy course has dared, since 2011, to make mandatory what so many make elective: ethnic-racial relations. The article "Ethnic-racial relations and teacher training: The pioneering of the Pedagogy Course at the Federal University of Juiz de Fora" shows that Law 10.639 does not appear by name in the documents, as if the name of the law were a ghost, but the subject matter is there, in two mandatory disciplines, and later in more. Advances and setbacks in the syllabi. Pioneering is not a triumph, it is vigilance. The study demonstrates that the consolidation of ethnic-racial relations in teacher training curricula requires more than the creation of disciplines: it requires an epistemological change capable of permeating the entire training project and challenging the structures that have historically made invisible the knowledge, histories, and Black people in Brazilian education.

The Brazilian National Common Core Curriculum for High School is a battleground. The text "Overcoming the colonial curriculum: Decolonial perspectives for teaching History and the BNCC High School" highlights how colonial structures still permeate curricular organization and bind history. The Black voice, the Indigenous voice, is silenced. Eurocentrism continues to be the sun around which everything revolves. The proposal is different: an intercultural curriculum, not as an adornment, but as a tool for social justice. The critique of the BNCC's competencies reveals a deviation: the civic education promised by the Constitution is lost in corporate interests. Thus, the research invites reflection on the direction of contemporary curricular policies and on the need to build educational projects that confront coloniality and broaden the possibilities for participation, recognition, and social transformation.

The article "The New High School Curriculum, decoloniality, and decolonization: Perspectives on combating racism in schools" delves into the contradictions present in recent Brazilian curricular reforms. The analysis suggests that the formative itineraries, presented as strategies for flexibility and expansion of students' choices, do not always manage to break with the inequalities historically produced by the educational system. Therefore, in many cases, instead of liberating, they have accentuated racism in a veiled way. But the text reminds us: the decolonial attitude is an act of insurgency. Valuing marginalized cultures is not complacency; it is tearing the fabric of the curriculum that segregates.

In the work "University extension as a space for teacher training: A curricular perspective in ethnic studies", during the pandemic, 66 teachers met on a digital platform to participate in a formative process that went beyond the simple transmission of content. The course was medium-term, enough time for knowledge to begin to unravel and reshape itself. Deconstructing to give new meaning. In this movement, extension activities ceased to be an appendix and became the heart of the curriculum. The silenced peoples of Brazil, for a moment, had a voice in teacher training. Thus, teacher training has been permeated by voices, stories, and knowledge that challenge coloniality and broaden the possibilities for building more democratic and inclusive educational practices.

Decolonial art, according to the article "Words, cultures, and possible worlds: Perspectives on formal education from a decolonial art perspective", is not a style. It is a tool to dismantle the Eurocentric canon that still decides what "legitimate art" is. In Alessandra Simões Paiva's book, the decolonial turn in Brazilian art is an invitation: for formal education to learn from the terreiro (a sacred space in Afro-Brazilian religions), from the periphery, from popular tradition. Not to folklorize, but to learn other ways of seeing and feeling. Thus, formal education is called upon to broaden its references and build pedagogical practices more open to cultural, aesthetic, and epistemological plurality.

There is also a tactile map. The text "Inclusive wayfinding in schools and museums: Tactile maps, digital fabrication, and teacher training" describes it: made in a fablab, with digital fabrication. Blind and visually impaired people evaluate each relief, each hierarchy of information. The map is not just an access tool; it is also curriculum. The inclusive school is not the one that offers ramps, but the one that teaches space as everyone's territory. The fablab becomes a classroom, and technical knowledge meets teaching. More than guiding movement, the map enables new forms of interaction with environments, expanding autonomy, participation, and a sense of belonging to educational and cultural spaces.

Finally, a samba circle. In the account "Decolonial practices at an institution specializing in visual impairment and the samba circle as a pedagogical tool", the samba enredo—so familiar in Rio de Janeiro—becomes a tool for teaching history within an institution for the visually impaired. The body that cannot see feels the beat, recalls the terreiro, the samba school. Quijano spoke of the coloniality of power; here, it is combated by rhythm. The decolonial curriculum is not abstract: it has movement, rhythm, swing. And it opens, for eyes that cannot see, a world that can be felt.

The editors of the Sensos-e Journal thank the authors who submitted articles for publication in this issue, the reviewers, and the readers interested in these areas, hoping to contribute to deepening interest in the study and research of the topics covered.

Thus, readers, we extend an invitation—a wish that, as you peruse the works that comprise this dossier, you may, like us, allow yourselves to be moved by the anxieties, shifts, and possibilities that emerge from decolonial perspectives. Perhaps reading these pages will help us understand that thinking about education from a decolonial standpoint means not only critically revisiting the past but also questioning the ways in which we continue to produce meaning about the world, about others, and about ourselves.

Along this path, questioning historical silences, destabilizing hierarchies of knowledge, and expanding the possibilities of existence, learning, and knowledge production is not a completed task, but a permanent movement of listening, openness, and reflection. More than denouncing the continuities of coloniality, we believe that the texts gathered here announce possible paths for the construction of curricula, pedagogical practices, and formative processes committed to social justice, cognitive justice, and the recognition of the plurality of voices, histories, and epistemologies that constitute our educational territories. And, perhaps, at the end of the reading, there will remain fewer definitive answers and more fertile questions; fewer universal certainties and more willingness to encounter difference. After all, a decolonial education may begin precisely when we allow ourselves to listen to what has been silenced for so long, recognizing that the world can be narrated, lived, and learned from many places, knowledges, and existences.

The editors of Sensos-e Magazine take this opportunity to wish everyone a wonderful summer full of inspiration and opportunities for reading, research, and knowledge production.